



ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. XVII (2016)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

Religião e alteridade no mundo ultramarino ibérico / Religion and otherness in early-modern overseas Iberian world

Bruno Feitler , Hugo Ribeiro da Silva , Jaime Ricardo Gouveia 

Como Citar | How to Cite

Feitler, Bruno, Hugo Ribeiro da Silva, e Jaime Ricardo Gouveia. 2016. «Religião e alteridade no mundo ultramarino ibérico / Religion and otherness in early-modern overseas Iberian world». *Anais de História de Além-Mar* XVII: 11-19. <https://doi.org/10.57759/aham2016.36096>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av.ª de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2016. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2016. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

Introdução

A «alteridade», conceito que serve de ponto de partida a este *dossier*, é aqui entendida como uma ideia genérica derivada da noção de «o outro», alguém que não pertence ao grupo. Alfred Schütz designou tal pessoa como «um estranho», alguém que não faz parte dos padrões culturais de uma determinada sociedade¹. Ou seja, o fenómeno de alteridade envolve duas ou mais partes que não partilham os mesmos sistemas culturais de referência. Muitas vezes ela implica exclusão e rejeição, mas ao mesmo tempo é parte integrante da construção das identidades individuais e auto-consciência do grupo². Convém, porém, sublinhar que as diferenças culturais podem ser estudadas não só entre sociedades diferentes, mas também no âmbito de uma mesma sociedade. O «estranho» pode estar em qualquer lugar e interagir com outra cultura de fora ou de dentro. O que importa é a existência de diferença e interação³.

A religião é um campo particularmente interessante para estudar relações interculturais, dado que as normas e valores religiosos são muitas vezes (ou sempre) prescritivos e absolutos. Considerar a interação entre indivíduos de diferentes crenças religiosas permite-nos analisar de que modo a ideia de «diferença» se articula com as noções de «identidade» e «alteridade».

Durante várias décadas o conceito de sincretismo esteve no centro dos debates em torno da análise da missão católica da época moderna, mesmo quando não era utilizado diretamente ou quando se recorria a outros termos com significado idêntico. Aliás, o termo «sincretismo» ainda continua a ser utilizado por alguns autores, que ora o procuram demonstrar

¹ Alfred SCHÜTZ, «The Stranger: An essay in Social Psychology», *American Journal of Sociology*, Vol. 49, n.º 6 (1944), pp. 499-507.

² Michal Jan ROZBICKI e George O. NDEGE (eds.), *Cross-Cultural History and the Domestication of Otherness*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan, 2012, p. 1.

³ M. ROZBICKI e George O. NDEGE, op. cit., p. 2.

e caracterizar, ora o negam. Seja como for, em ambos os casos o sincretismo é entendido como o resultado da mistura de duas (ou mais) religiões. Mas não será que a discussão, por centrar-se em tal conceito, não estará à partida condicionada? Como afirma Pierre Sanchis, ao pensar-se num produto cultural sincrético, presume-se necessariamente a existência de outros não sincretizados, ou «puros»⁴. O conceito de sincretismo parte do pressuposto inicial de uma «pureza cultural» anterior ao contacto cultural e à mistura, como se as culturas pudessem ser tratadas como unidades ontológicas puras. Essa «pureza prévia» parte do pressuposto de que uma cultura é uma estrutura estável, imune ao passar do tempo⁵.

O cubano Fernando Ortiz, na sua obra *Contrapuncto cubano del tabaco y del azucar* (1940), foi pioneiro a renunciar à ideia de que a cultura seria uma totalidade coesa, integrada, homogénea. Para ele a cultura europeia do século XVI (que estuda no livro a propósito do tabaco) não seria uma totalidade homogénea. Em alternativa à noção de aculturação, Ortiz propõe o conceito de transculturação. A aculturação implicaria transformações de apenas uma das partes no processo do contacto cultural, revelando uma matriz etnocêntrica, que olha para uma das culturas como ideal mais avançado. Já a transculturação, pelo contrário, sublinha a bidirecionalidade dos fluxos e das transformações culturais em situações de contacto. Parte-se do princípio de que ambas são transformadas, dando lugar a uma realidade cultural nova, original e autónoma em relação às culturas de origem. Em vez da formação de uma cultura sincrética, assiste-se a um contínuo reajustamento das culturas em contacto. Mais recentemente Mary Louise Pratt recuperou o conceito de transculturação no seu estudo sobre literatura de viagens⁶. Outros autores, como Homi K. Bhabha, sugeriram conceitos idênticos, como o de «hibridismo»⁷. Para estes autores, todas as culturas são por natureza híbridas, incluindo aquelas que reivindicam uma aura de pureza e se apegam aos mitos de origem. Assim, sobretudo quando se analisam os contactos entre sociedades diferentes, em vez de se procurar determinar se uma cultura se mantém «intacta» ou se «sincretiza», talvez

⁴ Pierre SANCHIS, «As tramas sincréticas da história: Sincretismo e modernidades no espaço luso-brasileiro», *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Ano 10, n.º 28 (1995). Disponível online em http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_28/rbcs28_10.htm [Consultado em 04/04/2017].

⁵ Sobre o conceito de cultura veja-se Zygmunt BAUMAN, *Ensaio sobre o conceito de cultura*, Rio de Janeiro, Zahar, 2012.

⁶ Mary Louise PRATT, *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation*, Londres e Nova Iorque, Routledge, 1992.

⁷ Homi K. BHABHA, *Location of Culture*, Londres e Nova Iorque, Routledge, 1994.

importe mais entender os processos de mediação simbólica que tornam possível a comunicação entre diferentes universos simbólicos.

O estudo da missionação católica da época moderna é particularmente apropriado não só para se observar o modo como os europeus descreviam a cultura e a religião de outros povos, mas também para se analisar estratégias de adaptação ou até de eliminação da diferença, sempre com o objetivo de uma conversão «bem-sucedida» (na perspectiva dos europeus). Um processo que não raras vezes suscitou resistências por parte daqueles que eram alvo de evangelização, o que não surpreende, já que a religião era, e é, um campo onde as adaptações mútuas costumam encontrar algumas barreiras. Tal acontece porque as religiões intendem organizar a realidade, dar-lhe ordem, através de sistemas de referência que se apresentam como imunes ao passar do tempo (o que não significa que, na realidade, assim o sejam). Colocar em causa o sistema de crenças significa pôr em perigo a cultura de pertença e, sobretudo, toda a ordem social, política e até económica⁸.

Além do mais, convém não ignorar que o contacto entre diferentes sistemas de crenças e modos de vida no contexto colonial provocou conflitos que resultam, antes de tudo, dos próprios processos de colonização que obrigaram o «selvagem» e o «bárbaro» a submeter-se aos valores culturais europeus⁹. Ou seja, as tentativas de evangelização não podem ser dissociadas dos mecanismos de violência que marcaram a colonização europeia, sobretudo nas Américas. Como referido por Anthony Pagden, o que se seguiu ao primeiro momento do encontro europeu com a América, à «descoberta», foi um continuado, e por vezes doloroso, processo de assimilação. Os conquistadores e colonizadores da América – e também, mais tarde, da África – procuraram transformar o Novo Mundo e os seus habitantes de modo a que se parecessem com os do Velho Mundo¹⁰. Serge Gruzinski designou esse mesmo processo de «ocidentalização», aspeto central na formação das «mestiçagens» ocorridas na América espanhola. Um dos elos essenciais dessa occidentalização, dessa transferência do Velho para o Novo Mundo de imaginários e instituições, foi, precisamente, a cristianização¹¹. É certo que a occidentalização provocou tensões, desordens e perturbações.

⁸ Stuart B. SCHWARTZ, *Implicit Understandings: Observing, Reporting and Reflecting on the Encounters Between Europeans and Other Peoples in the Early Modern Era*, Cambridge, Cambridge University Press, 1994, p. 6. M. ROZBICKI e George O. NDEGE, op. cit., p. 209.

⁹ Anthony PAGDEN, *European Encounters with the New World: From Renaissance to Romanticism*, New Haven, Yale University Press, 1993, p. 13.

¹⁰ A. PAGDEN, op. cit., p. 10.

¹¹ Serge GRUZINSKI, *O pensamento mestiço*, São Paulo, Companhia das Letras, 2001, p. 94.

Mas, lembra o autor, esse foi também um processo extremamente criativo, fazendo com que «a Roma dos papas» se «indigenizasse» à medida que o além dos índios se cristianizava¹². Ou seja, as influências são mútuas, dando origem a novas e originais manifestações culturais. Uma criatividade a que nem sempre tem sido dada atenção e que surge apesar de contextos desfavoráveis, marcados por relações de poder desiguais e assimétricas. Contudo, como nos alertou Stuart Schwartz, nem todos os contactos entre europeus e outros povos ocorreram num contexto de poder desigual e de subordinação. Veja-se o caso da China e do Japão. Se analisarmos os encontros culturais como sendo conduzidos em exclusivo por uma perspectiva de hegemonia e poder, há o perigo de se cair num reducionismo. Os processos de contacto cultural eram muitas vezes «desorganizados» e mudavam ao longo do tempo¹³.

Ordenados segundo uma sequência temática, os onze estudos aqui apresentados, ainda que diferentes no estilo da abordagem, das metodologias seguidas e das cronologias escolhidas, apresentam leituras instigantes acerca dos encontros e desencontros interculturais que se estabeleceram no mundo ultramarino ibérico a partir da interação de diferentes práticas e crenças religiosas.

Os três primeiros textos, embora centrados em diversas latitudes da América e com ângulos analíticos distintos, evidenciam um objetivo comum: do ponto de vista religioso e cultural, que tipo de impacto surtiu o contacto entre europeus e ameríndios no período colonial? A complexa teia de relações socioreligiosas que se estabeleceu entre povos, comunidades e etnias é o laboratório por excelência dos primeiros trabalhos que este *dossier* apresenta ao leitor.

Assim, Guillermo Wilde oferece-nos uma visão sistémica sobre como o processo de mudanças no campo religioso ocorrido na América Meridional derivou da execução de uma estratégia que passou pela acomodação do catolicismo às religiões indígenas. Contudo, o autor não deixa de sublinhar que os textos produzidos pelos missionários não devem ser entendidos como descrições objetivas de uma realidade, mas antes como instrumentos de interação em diferentes níveis e contextos. Aliás, as perceções dos missionários acerca dos ritos e costumes indígenas foram mudando desde o século XVI ao século XVIII.

¹² S. GRUZINSKI, op. cit.

¹³ S. B. SCHWARTZ, op. cit., p. 6.

A reflexão de Eliane Fleck insere-se no mesmo contexto, ao estudar as trocas culturais ocorridas nos colégios jesuítas da América ibérica entre os inacianos e os indígenas, no decurso da redução dos «gentios» levada a cabo pela Companhia durante a centúria de Setecentos. Fleck objetiva perceber a importância da apropriação das crenças nativas paraguaias na circulação de saberes e práticas terapêuticas de botânica médica e cirúrgica, veiculadas pelos jesuítas. A autora, portanto, fornece dois importantes contributos para o estudo da religião e da alteridade: a compreensão do cariz ameríndio-europeu das «artes de curar» jesuíticas, isto é, como se forjavam tanto em autores clássicos como nos saberes indígenas relativos à fauna e flora do Novo Mundo; e a reconstituição dessa cultura indígena que, espelhada na *ars scribendi* dos missionários, circulava e era apropriada no Velho Continente.

O texto de Maria Wade também nos dá conta dos resultados das interpenetrações, nos territórios coloniais americanos, entre o catolicismo que se desejava impor e o catolicismo que acabava por surgir da inflexão que nele era feita de princípios da cultura local. Para tal, a autora faz uma análise de vários manuais de confissão concebidos entre os séculos XVII e XIX por jesuítas e franciscanos para as missões do norte mexicano, Texas, Novo México e regiões setentrional e austral da Califórnia. Wade sublinha a dificuldade e complexidade do processo de tradução de conceitos cristãos para o vernáculo indígena; afere o especial cuidado que os manuais de confissão evidenciavam relativamente ao cumprimento dos mandamentos e às questões de foro sexual; reconstitui as implicações socioculturais que as questões confessionais procuravam ter nos comportamentos das populações nativas; e examina as atitudes ambivalentes dos eclesiásticos durante os trabalhos de conversão.

Nos dois textos seguintes mudamos de geografias. Jorge Fonseca e Patrícia Faria debruçam-se sobre as conexões entre cultura escravagista, conversão e alteridade em territórios africanos e asiáticos nos séculos XVI e XVII. Aqui, o projeto colonial de cristianização, que assentava num processo de transferência de valores, ideias e artefactos de uma cultura para a outra, calcorreou um trilho idêntico ao verificado na América.

O artigo de Jorge Fonseca apresenta uma análise baseada em fontes inéditas – em particular um documento notarial do cartório de Lisboa, datado de 1661 – acerca de como as estreitas relações comerciais que Portugal manteve nos finais do século XVI e inícios da centúria seguinte com o reino de Oere, atual Nigéria Ocidental, levaram a que aí fosse adotado o cristianismo. É conhecido como as políticas religiosas portuguesas em

África dependiam e acompanhavam o pulsar das relações económicas e políticas dos entrepostos comerciais africanos, bastando referir, como sublinha o autor, que o tráfico de escravos tinha na conversão dos cativos o seu principal argumento legitimador. Enquanto tais relações foram frutíferas, deu-se um desenvolvimento, ainda que lento, das estruturas eclesíásticas necessárias à cristianização das populações gentílicas, uma vez que, por não se tratar de um domínio português, não houve a formação de um clero autóctone e Oere permaneceu terra de missão. Fonseca reconstitui as dificuldades desse moroso processo e dá conta das preocupações surgidas com a manutenção de práticas gentílicas como a idolatria, a feitiçaria e a poligamia, entre outras que evidenciam como da aproximação entre culturas tão diversas resultou um conjunto híbrido de crenças e rituais religiosos cristãos e animistas, que concorreram entre si e mutuamente procuraram sobrepor-se.

Por sua vez, o olhar proposto por Patrícia Faria incide sobre o processo de cristianização de escravos no «Estado da Índia», também nos séculos XVI e XVII. Este texto tem, desde logo, o mérito de se debruçar sobre uma realidade ainda pouco explorada pela historiografia: a escravatura protagonizada pelos portugueses na Ásia. Recorrendo a um cruzamento sistemático de fontes de natureza diversa, a autora procura examinar as práticas da conversão e os vários agentes que tomaram a dianteira nesse processo. Procura, também, refletir sobre as experiências dos conversos, aqui adensando o foco através da apresentação de dois interessantes estudos de caso. A autora não deixa de demonstrar a instrumentalização que pelo menos alguns dos «gentios» sujeitos ao cativeiro faziam da conversão para obter a liberdade. Obtida a alforria após a conversão, por vezes sumiam para territórios muçulmanos e hindus, onde as idiossincrasias da vida os submetiam a um processo de reversão religiosa.

Não destoam da matéria até aqui analisada os estudos de Liam Brockey, Ana Hosne e Adriana Higashino, com os quais prossegue o *dossier*. Incidem os três, ainda que a partir de ângulos diferentes, sobre alguns modelos e estratégias da cristianização operada no Oriente português por parte de missionários jesuítas, a saber: a ostentação da seda com o fito de afirmação social face às religiões locais; a redação de textos destinados a provar o cariz idólatra da filosofia budista; e a conversão de templos budistas em igrejas católicas.

Liam M. Brockey propôs-se refletir acerca do uso das vestes de seda dos missionários jesuítas no leste asiático durante a época moderna, prática aparentemente oposta aos votos de pobreza preceituados pela Ordem. Ao

cruzar várias representações iconográficas sobre padres da Companhia que envergavam trajos de seda, com um conjunto de obras escritas que versavam sobre o assunto, o autor procurou entender como o cariz escandaloso do conteúdo veiculado nessas imagens poderia ser visto, à luz dos padrões europeus, como reflexo da vaidade inaciana, mas que, no fundo, fazia parte da sua estratégia proselitista, demonstrando aliás a sua capacidade e disponibilidade para adaptação à diferença. A maneira como os jesuítas contornaram as vozes discordantes que neste contexto se levantaram merece também especial atenção por parte do autor.

O estudo de Ana Carolina Hosne segue a mesma linha. Concentra-se na análise das percepções e interpretações da cultura religiosa budista, em duas missões jesuítas realizadas entre os séculos XVI e XVIII no Tibete e na China. Através da literatura que ficou dessa atividade missionária, redigida pelo próprio punho de alguns protagonistas, como Ricci e Desideri, a autora examina numa perspetiva comparativa os discursos e técnicas de argumentação jesuítas que nos mosteiros tibetanos foram esgrimidos acerca da natureza idólatra dos rituais budistas e taoistas. Tal como no texto de Wade, também aqui são observadas as dificuldades presentes na tradução de conceitos religiosos. Tradução, entendida não apenas como lexical e com o objetivo de transmissão, mas também enquanto meio para a receção de conhecimento. Um processo que implica mutações de conceitos, adaptações e aproximações por parte dos diversos agentes envolvidos (transmissor e recetor).

Por sua vez, Adriana Piccinini Higashino apresenta os resultados de uma investigação interdisciplinar, que recorre às ferramentas teórico-metodológicas da história e da arquitetura para reconstituir o modo como, no Japão, a Companhia de Jesus transformou os templos budistas em igrejas católicas. Contrariamente ao verificado noutros territórios asiáticos, de que são exemplos Goa e Macau, onde os templos católicos foram edificados de raiz e com apoios financeiros e técnicos provenientes de Portugal, no território insular nipónico os religiosos viram-se obrigados a converter os templos budistas, que lhes eram oferecidos. As marcas físicas dessas adaptações desapareceram com a destruição desses edifícios, depois de a Congregação conhecer ordem de expulsão do Japão. Através de um conjunto de diversos tipos de fontes, designadamente cartas de jesuítas, plantas e descrições das características físicas dos templos das duas religiões, a autora giza um modelo visual aproximativo de como seria um templo budista transformado numa igreja jesuíta.

Os dois trabalhos que se seguem pisam os terrenos da intolerância e alteridade, campos diferentes dos até aqui explorados, mas particularmente interessantes para uma apreensão de como os significados atribuídos pelo catolicismo ao «outro» o levavam a agir sobre ele. Através do *Reportório* do inquisidor goense João Delgado Figueira, redigido em 1623, José Alberto Tavim reflete sobre os sentidos atribuídos ao *culto ao Diabo* no Oriente pelos inquisidores portugueses, detendo-se no conjunto de práticas, bastante difusas, associadas à invocação demoníaca. Procura, por conseguinte, desmontar a sistematização que o discurso jurídico fazia dessas práticas, que as arrumava sob categorias rígidas, baseadas em critérios católicos e europeus, mas que escondem mais do que esclarecem acerca da diversidade dos cultos locais orientais.

Brian Hamm explora três vertentes separadas, mas interligadas, de perceções negativas, do ponto de vista étnico, religioso e político, a que foram sujeitos os portugueses residentes na Hispano-América, e o modo como procuraram ultrapassar as desconfianças que sobre eles por vezes recaíam. Ao refletir sobre a construção histórica da «diferença portuguesa», este autor procura perceber o que significava ser português naqueles territórios espanhóis e como se coaduna a existência de categorias estáveis e claramente delineadas de «espanhóis» e «portugueses», com o facto de estes grupos estarem separados por limites inequivocamente fluidos e permeáveis. Hamm propõe uma arguição de tais categorizações e estereótipos e examina a dimensão ontológica, geograficamente variável, dos diálogos e debates transatlânticos acerca da *natureza, lealdade e pertença local*.

O *dossier* encerra com dois trabalhos que permitem ao leitor acarear as questões de alteridade a partir da Literatura. Ana Méndez-Oliver exhibe uma reflexão sobre os relatos, não raro ficcionados, que Van Linchoten redigiu sobre as viagens que efetuou a Moçambique, Índia, China e Japão. A autora explora a visão singular deste *outsider* acerca das circunstâncias sociopolíticas dos territórios sob governo do Estado da Índia. Por fim, Luís Filipe Silvério Lima detém-se sobre a circulação das ideias milenaristas, fazendo uma interessante conexão entre as várias latitudes onde surgiram e para onde se expandiram, com especial incidência no Brasil holandês e nas comunidades puritanas da Nova Inglaterra. Vistas, em regra, de forma separada pela historiografia, o autor procura analisar essas expectativas proféticas de forma conjunta, designadamente através das conexões entre o rabino Menasseh Ben Israel e grupos dos dois lados do Atlântico.

Dos vários olhares que este *dossier* propõe ressalta a ilusão de um *principium individuationis*, isto é, do indivíduo como sujeito dotado de uma

identidade individual pura, já que o sujeito é mediado nele mesmo pela conexão com todos os sujeitos. A constelação de relações culturais verificadas nos diversos territórios afetou não só as populações colonizadas como os próprios colonizadores. Do diálogo, nem sempre pacífico, entre várias concepções religiosas, surgiram novas formas de religiosidade e de vivência do fenómeno religioso. O contacto com o «outro» exigiu negociações, cedências, adaptações, e produziu diversos tipos de «hibridismos», processo cultural complexo sobre o qual o leitor poderá encontrar aqui instigantes reflexões.

Bruno Feitler

Universidade Federal de São Paulo, Brasil. *E-mail:* brunofeitler@gmail.com

Hugo Ribeiro da Silva

CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal. Bolseiro de pós-doutoramento da FCT (SFRH/BPD/71652/2010). *E-mail:* hribeirodasilva@hotmail.com

Jaime Ricardo Gouveia

CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa ; CEHR, Universidade Católica Portuguesa, Portugal. Bolseiro de pós-doutoramento da FCT (SFRH/BPD/84345/2012).
E-mail: jaim.ricardo@gmail.com